

A FEMINILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A BUSCA PELA EQUIDADE DE GÊNEROS NO BRASIL

Maria Zaima Bonfim Menezes¹
Sarah Nubia Pernambuco Santos²
Vitoria Chérída Costa Freire³

RESUMO

O contexto histórico das mulheres na sociedade, em especial no Brasil, demonstra o quanto as condições de igualdade, direitos civis e acesso à escolaridade tardaram a se efetivar para as mesmas, que ainda na atualidade lutam por direitos ainda básicos. Nosso interesse em estudar sobre mulheres, especificamente no campo acadêmico, motivou a produção desse trabalho que tem como objetivo a apresentar os percalços e dados sobre o que as mulheres vivenciam para entrar e permanecer no ensino superior. Nosso lócus de observação e análise refere-se à Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Curso de Pedagogia, do qual somos estudantes e representantes do Centro Acadêmico. O processo metodológico se estrutura a partir da partilha de dificuldades e problemáticas de alunas do curso, aliada às discussões teóricas de estudiosas como a filósofa e militante da causa feminista Marcia Tiburi (2018), a ativista pelo direito à educação Malala Yousafzai (2013) e os dados de instituições de pesquisas como o Instituto de Pesquisa aplicada (IPEA), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Concluimos que é relevante para o cenário educacional dar visibilidade aos debates que envolvam igualdade de gênero e políticas de permanência na universidade.

Palavras-chave: mulheres, educação superior, igualdade, permanência.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará¹ – UECE bzaima@hotmail.com

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará¹ – UECE bzaima@hotmail.com

³ Doutoranda de Educação da Universidade Estadual do Ceará³- UECE vitoriacherida91@gmail.com (83) 3322.3222

INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre os três pilares da educação superior, que são: Ensino, pesquisa e extensão. Pouco, porém é discutido sobre o pilar mais fragilizado e quase invisível: o da permanência na Universidade. Com o crescente número de ingresso nas Universidades e a maior acessibilidade a esse espaço até então extremamente limitado, hoje percebe-se maior aderência de alunos oriundos de escolas públicas e de baixa renda, embora a universidade tenha como intuito a reprodução da dualidade de ensino que historicamente só cedeu espaço para a classe elitista e excluiu as camadas pobres do nível de ensino superior. Diante desse novo cenário de abertura das universidades para os alunos menos abastados, percebemos que esse espaço não é capaz de dar assistência para as mulheres, vítimas de um histórico sistema patriarcal e opressor que impossibilitou durante muito tempo o avanço da ciência feita por mulheres e proibiu o intelectualismo feminino. Antes de abordar mais profundamente o contexto atual, é necessário informar que no Brasil, as meninas só começaram a ter direito à educação apenas em meados do século XIX, ainda assim de forma muito tímida, tendo em vista que os colégios voltados para as mulheres eram todos particulares e a educação feminina ainda não tinha a mesma importância que a masculina. Os colégios exclusivos para as mulheres visavam apenas ensinar bons modos e perpetuar comportamentos “adequados para as mulheres” de como se portar na sociedade (RIBEIRO 200). O processo de educação que começou no Brasil com os jesuítas é envolta de controvérsias e polêmicas, sobre esse período turbulento da história nacional há essa prosa que resume bem o papel feminino em tal contexto:

A ignorância é confortável para muitos. Há quem diga que só os ignorantes são felizes. [...] Talvez seja realmente difícil compreender a dominação masculina, porque estamos mergulhados nela. A própria ideia de compreensão é controlada pelo sistema patriarcal. Vamos chamar esse sistema de compreensão de “ordem do saber”. Ela está cheia de elementos misóginos. Se formos aos livros de filosofia e às obras literárias, veremos discursos misóginos afirmando que mulheres não são cognitivamente capazes (TIBURI, 2018, p.70)

Assim, percebemos que direito à educação foi negado à mulher para a mulher no Brasil, durante a formação da sociedade brasileira. No final do mesmo século, com a possibilidade de ensino público, havia três alunas para cada aluno em uma escola mesma

escola. E desde então, mesmo com inúmeras dificuldades, a presença feminina sempre foi maior nas instituições de ensino e isso se reflete no ensino superior. Sabendo do contexto histórico em que se deu a educação feminina no Brasil, ainda há nos dias atuais diversas questões que envolvem esse número ignorado pela sociedade, questões como: Porque mesmo diante da mesma formação, as mulheres ganham menos para exercer as mesmas funções? Quais são as políticas de permanência na universidade que ajudam as mulheres mães? Como elas funcionam? Uma educação majoritariamente feminina significa uma sociedade menos machista? Em que âmbito a vida da mulher, de fato, é mudada? A educação superior das mulheres ameniza a questão da dupla jornada? Quais as heranças dos anos de atraso? O presente artigo busca responder tais questões e estudar o que influencia cada resposta .

Além disso, o conhecimento por parte das mulheres gera um movimento nas bases da sociedade, que por sua vez prefere a ignorância submissa ao conhecimento libertador, conhecimento esse que se vir de uma mulher, não é valorizado, como bem pontua a filósofa Marcia Tiburi:

A ignorância é confortável para muitos. Há quem diga que só os ignorantes são felizes. [...] Talvez seja realmente difícil compreender a dominação masculina, porque estamos mergulhados nela. A própria ideia de compreensão é controlada pelo sistema patriarcal. Vamos chamar esse sistema de compreensão de “ordem do saber”. Ela está cheia de elementos misóginos. Se formos aos livros de filosofia e às obras literárias, veremos discursos misóginos afirmando que mulheres não são cognitivamente capazes (TIBURI, 2018, p.70).

De acordo com a fala da autora acima, podemos que a busca das mulheres pelo conhecimento não é interessante para uma sociedade que a que submissa.

METODOLOGIA

Como o tema do nosso trabalho é a permanência das mulheres no ensino superior, optou-se fazer uma análise da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Esta universidade foi fundada em 5 de março de 1975 e possui atualmente aproximadamente 19.000 mil estudantes. A instituição é mantida pelo governo do Estado do Ceará ao lado da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) e da Universidade Regional do Cariri (URCA). Na delimitação da

pesquisa examinou-se o Curso de Pedagogia da UECE, Campus Itaperi. O curso é constituído majoritariamente por mulheres pelo fato de ainda existir estereótipos ligados à professora como profissão que é extensão do lar, e conseqüentemente, uma profissão essencialmente relacionada à figura da mulher. Ainda acredita-se na ideia de que a mulher é mais carinhosa e cuidadosa que o homem e que os professores exercem sua função por amor dando as mulheres do curso um perfil de “mães”, por isso é mais difícil os homens se tornarem pedagogos.

Diante disso, nosso trabalho condensou as demandas das estudantes do Curso de Pedagogia, da instituição pública supracitada, no que se refere às questões de permanência no ensino superior. Como integrantes do Centro Acadêmico do mesmo curso, lidamos constantemente com as queixas e problemáticas das estudantes, o que nos inquietou a discutir sobre essa temática, que envolve gênero e estrutura patriarcal, assuntos de nosso interesse e luta. Utilizamos as obras de autoras que apoiam nossas discussões, além de dados que demonstram de forma mais óbvia e técnica, as desigualdades que pretendemos demonstrar.

Vale ressaltar que a maioria das estudantes são oriundas da classe trabalhadora e por essa razão precisam de auxílio e assistência estudantil para que ocorra de fato a permanência universitária. Entretanto, mesmo com a grande demanda boa parte das estudantes trabalham durante o período da tarde em escolas particulares, o que causa um empobrecimento do rendimento acadêmico, pois a maioria delas já chegam exaustas para o turno da noite e sem muitas expectativas de um maior aprendizado e acabam ficando sem tempo para participarem de eventos acadêmicos e até mesmo escrever artigos, resultando em uma péssima formação acadêmica. Para as mulheres que são mães, a situação se agrava visto que a universidade não disponibiliza creche para que as crianças possam ficar enquanto as mães assistem aula. Muitas dessas mulheres acabam abandonando o curso por não conseguirem conciliar vida acadêmica e a pessoal.

DESENVOLVIMENTO

Hoje, a maioria do curso discente das graduações é do sexo feminino, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2012, feitos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Inep, a pesquisa mostra que são 3.286.415 matrículas femininas, enquanto as masculinas são 2.637.423. A primeira mulher brasileira a se formar foi Augusta Generoso Estrela, em 1882 em medicina nos Estados Unidos. Apenas em 1887, Rita Lobato Velho Lopes se torna a primeira mulher a formar em solo brasileiro pela Faculdade de

Medicina da Bahia e a segunda da América Latina. Rita, no entanto, não se inscreveu sozinha, mas sim junta a mais quatro meninas, que não se formaram e acabaram por abandonar o curso, reflexo de como o ato de estudar era visto como rebeldia e sobre uma péssima perspectiva. A primeira diplomata também sofreu algumas dificuldades, tendo em vista que Rita só assistia às aulas se acompanhada pelo pai, sentando-se separadamente de seus colegas homens. Após sua formação, a doutora também encontrou dificuldades para se firmar em sua profissão devido ao preconceito dos colegas, já que a profissão era vista como muito masculina. No entanto, Rita se destacou na área de obstetrícia, lutou em movimento feminista pela conquista do voto feminino e se elegeu vereadora pelo Partido Libertador em Rio Pardo. Mesmo com a constituição de 1988, que traz a igualdade para todos, independente do sexo, a luta por direitos ainda segue até hoje, pois como afirma Simone de Beauvoir: “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a vida.”

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que as mulheres recebem menos que os homens e em condições mais precárias, mesmo exercendo a mesma profissão, a diferença é de 33,9%. As mulheres com cinco a oito anos de estudo recebem por hora, em média, R\$ 7,15, e os homens, com a mesma escolaridade, R\$ 9,44, uma diferença de R\$ 24%. Para 12 anos de estudo ou mais, essa diferença na remuneração vai a 33,9%, com R\$ 22,31 para mulheres e R\$ 33,75 para homens.

A taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino médio em 2016 exhibe maior percentual de mulheres (73,5%) que de homens (63,2%). A média Brasil atingiu 68,2%. A educação de mulheres é extremamente desigual, as mulheres brancas concluem o ensino superior duas vezes mais que as negras ou pardas .

Citação de Débora Mota:

“Embora o ensino superior estivesse presente no Brasil desde 1808, com a vinda da família real, somente com a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império – instituída pelo Decreto n 7.247, de 19 de abril de 1879, e que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho – a mulher passou a ter esse direito citado.”

Com isso, a autora o quanto se levou tempo para que a mulher pudesse ter acesso ao ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pesquisarmos o resultado sobre a política de permanência mulher no campo universitário, foi constatado que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) oferta vagas em um Centro de Educação Infantil (CEI), chamado Augustos Pontes, onde tais vagas são destinadas para alunos de estudantes dos cursos do Campus Itaperi. Tal medida conta com uma boa iniciativa e ajuda boa parte dos estudantes (existe o total de 50 vagas destinadas para a instituição). É inegável afirmar que se fosse uma realidade das inúmeras instituições, facilitaria muito a permanência das mães.

No entanto, baseado no âmbito das discussões, fica pontuado que o CEI fica a uma distância de 2 km da universidade, sendo assim, percorrido um espaço sem segurança e por vezes inviável devido à distância. Outra reivindicação é o fato de o CEI só ser útil para as estudantes dos turnos diurnos, já que a creche não funciona no período da noite, inviabilizando a necessidade das mulheres que precisam trabalhar durante todo o dia e só podem estudar na parte da noite. Vale ressaltar que as creches têm um contexto marcado por preconceitos, pois na percepção da sociedade, creche era um lugar frequentado por pessoas pobres e “sem classe”, já que as mulheres ricas não precisavam ou não podiam trabalhar. Porém a realidade do Brasil é um tanto quanto, usando do eufemismo, injusta, já que dados das pesquisas levantados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com base no sendo escolar de 2011, apontam que 5,5 milhões de crianças não têm pai no registro. E os dados ficam cada vez mais alarmantes, já que o Instituto de Pesquisa aplicada (IPEA) constatou que cerca de 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres e cerca de 12 milhões de famílias as mulheres não têm um conjuge com quem possa dividir as tarefas dos filhos. Os dados vieram a tona principalmente em 2018, quando a seleção brasileira ficou conhecida como a “Seleção dos filhos sem pais”, já que seis dos 11 titulares do Brasil, passaram toda a vida distante dos pais biológicos. Todo esse mapeamento serve de base para retomar a discussão da dupla ou tripla jornada que as mulheres brasileiras enfrentam e ratificam as reivindicações de quem precisa de uma creche noturna, já que não a maioria não tem uma pessoa que a ajude tanto financeiramente quanto presencialmente.

Hoje em dia há um movimento maior que busca incentivar as meninas a estudar e uma das grandes precursoras desse assunto na atualidade é a ativista paquistanesa Malala Yousafzai:

Eu queria que as pessoas soubessem o que estava acontecendo. Educação é direito nosso, eu dizia. Assim como é nosso direito cantar. O Islã nos deu esse direito ao dizer que toda menina e todo menino devem ir à escola. No Corão está escrito que devemos buscar o conhecimento, estudar com afinco e aprender sobre os mistérios de nosso mundo. (YOUSAFZAI, 2013, p.164)

Isso também é uma estratégia não só de incentivo mas de permanência também, tendo em vista que forma uma base para que a mulher aspire a universidade e se mantenha lá, fugindo de uma cultura imposta pela sociedade durante tantos anos, a de que o papel da mulher se limita a mãe e dona de casa. Porém depende da sociedade de modo geral e do contexto familiar, fatores que podem causar uma certa discrepância entre uma criança e outra de acordo com suas necessidades e oportunidades, indo de contramão ao que afirma a falsa ideia de meritocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito às mulheres no ensino superior, houve uma redução do nível de desigualdade, fruto de muita luta e reivindicações dos movimentos feministas. O aumento de mulheres nas universidades brasileiras mostra o quanto viemos lutando pela nossa permanência e o acesso ao conhecimento, buscando assim a igualdade de gênero. Entretanto, mesmo com esse crescente aumento não significa que a sociedade brasileira superou a desigualdade de gênero. A luta se faz necessária e diária para que assim possamos garantir todos os nossos direitos.

E se referindo ao Curso de Pedagogia da UECE, Campus Itaperi, muito ainda deve ser conquistado para que o direito de mulheres estudarem seja efetivado através da garantia de acesso, permanência e condições objetivas que possibilitem uma aprendizagem significativa, bem como avanços sociais e transformações de suas realidades e contextos.

Assim, pautamos a necessidade de construção de creches para as filhas das alunas, assim como uma brinquedoteca, pois para beneficiar não só as crianças da comunidade mas também as alunas do Curso de Pedagogia, pois poderiam fazer estágio dentro da própria universidade. Por fim, se faz necessário o aumento das bolsas de permanência estudantil para que os docentes possam de fato desfrutar do espaço acadêmico.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas na colônia**. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todas e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VILLOM, François. Poesias de Villón. In MARTINS, Wilson. **A palavra escrita, história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala**: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã/ Malala Yousafzai com Christona Lamb.-1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Sites visitados:

MOTTA, Débora. Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior. **FAPERJ**. Rio de Janeiro. 28 agosto 2014. Disponível em:

<http://www.faperj.br/?id=2748.2.6>

GRANDA, Alana. IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro. 07 março 2018. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>

BASSETTE, Fernanda. Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. **Exame**. São Paulo. 11 ago 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>. Acesso em: 20 ago 2019.

PIRES, Breiller. A seleção dos filhos sem pais. **El País**. São Paulo. 21 jun 2018. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33568&catid=131. Acesso em: 20 ago 2019.

